

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.359 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 2001



Martus Tavares tratará de temas como o reajuste de salários

## Martus Tavares debate hoje o Orçamento com parlamentares

Senadores e deputados discutem com o ministro, a partir das 9h, o projeto de Orçamento da União para o próximo ano. O debate foi convocado pelo senador Carlos Bezerra.

PÁGINA 5



O fortalecimento do mercado de ações (foto acima) é contemplado no projeto aprovado ontem pela CCJ e pela CAE em reunião presidida pelos senadores Lúcio Alcântara e Bernardo Cabral (ao centro, na foto menor)

# Comissões aprovam a nova Lei das Sociedades Anônimas

Em reunião conjunta, as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos aprovaram ontem mudanças na Lei das Sociedades Anônimas e na Comissão de Valores Mobiliários. O objetivo é fortalecer o mercado de ações e proteger os acionistas minoritários. Se for acolhido pelo Plenário sem emendas, o projeto irá à sanção presidencial.

PÁGINAS 4 E 5

João Alberto, Jefferson e Tuma integram conselho



## Relatório pede processo contra Jader

PÁGINA 7

## Desafio: como proteger menor da programação

PÁGINA 8



# CCJ aceita mudanças no Estatuto da Criança

PÁGINA 3



Eduardo Suplicy também repudiou os atentados terroristas contra EUA

## Suplicy lamenta assassinato de Toninho do PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) expressou seu pesar pela morte do prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, e pelas milhares de vítimas dos atentados desferidos contra os Estados Unidos. Ele registrou que o prefeito assassinado foi um exemplo não só para os companheiros de partido e os habitantes de Campinas, mas também para todo o país. — Espero que as pessoas possam seguir o seu exemplo de transparência e de dedicação à vida pública. Testemunhei seu empenho em chamar a atenção de todos os que estavam agindo incorretamente na administração de Jacob Bittar, quando ele era o vice-prefeito — afirmou. Suplicy também repudiou os ataques terroristas sofridos pelos Estados Unidos, na terça-feira, dizendo que “a população indefesa foi objeto de um terror inadmissível”. Ele chamou a atenção para a importância da realização de esforços para a paz mundial.

# Senado decide sobre a redução de dívida da Zâmbia com o país

Matéria em exame também inclui reescalonamento de créditos no valor de US\$ 14,1 milhões e resulta de entendimentos no Clube de Paris

O Senado decide hoje se autoriza o governo brasileiro a reescalonar seus créditos junto à República da Zâmbia, no valor equivalente a US\$ 14,1 milhões, prevendo-se a redução do valor líquido, com base em entendimentos celebrados no âmbito do Clube de Paris.

Na mesma sessão, o Plenário vota requerimento do senador

Eduardo Suplicy (PT-SP) para que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, envie ao Senado informações sobre os balancetes dos bancos FonteCidam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, referentes a 1997 e 1998.

No requerimento, Suplicy solicita a especificação dos volumes mensais de posições compradas e vendidas, assim como informações

sobre o lucro e o patrimônio líquido desses bancos; operações de arbitragem de câmbio e juros; e a comparação dos seus resultados financeiros com os balancetes mensais das instituições congêneres.

O Plenário delibera ainda sobre projetos de decreto legislativo autorizando ou renovando o funcionamento de 12 emissoras de rádio.

## Participação em política antiterrorista não afeta soberania nacional, diz Lobão

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), disse ontem que a participação em política antiterrorista não implica alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos.

— Estamos diante de uma situação de terrorismo internacional e combater o terrorismo é interesse geral, mas é claro que cada país cuidará de manter sua soberania e interesses legítimos, nenhum país submetido ao outro — enfatizou.

Lobão fez essas declarações depois de receber a visita do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, que considerou “psicose” a preocupação com a possibilidade de o Brasil tornar-se alvo dos terroristas se os Estados Unidos passarem a utilizar a base de Alcântara (MA) para lançamento de foguetes:

— Isso é terrorismo. Não só os Estados Unidos, vários países vão utilizar Alcântara. Isso não condiz com a verdade, isso é psicose

e não há necessidade de levar para esse lado. Se amanhã Alcântara for utilizada, será pelos americanos, pelos ucranianos, pelos russos — explicou.

O texto do tratado com os Estados Unidos sobre Alcântara ainda está em tramitação no Congresso.

Para Quintão, os ataques a Nova

York e Washington mudaram a forma de se encarar o terrorismo.

— Não podemos menosprezar essa ameaça, sobretudo pelo elemento surpresa que ela contém, ainda mais agora, pelo conteúdo do suicídio. É uma ameaça que não se sabe de onde vem, não se conhece o inimigo, é um inimigo sem rosto — afirmou o ministro.



Presidente interino do Senado, Edison Lobão recebeu visita do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, para quem ataques aos EUA mudaram forma de encarar terrorismo

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 2001

Presidente  
Senador Edison Lobão (interino)

12h — Participa de audiência no Palácio Planalto

16h — Recebe dom Damasceno, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

16h30 — Recebe o senador José Eduardo Dutra, acompanhado de delegados de trabalhadores rurais (CUT/Contag/MST)

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária; PR nº 32/01, autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República da Zâmbia, no valor equivalente a US\$ 14,1 milhões; Requerimento nº 291/01, do senador Eduardo Suplicy, solicitando informações ao ministro da Fazenda sobre os resultados/balancetes mensais dos bancos FonteCidam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; Requerimento nº 392/01, do senador Waldeck Ornêlas, solicitando a criação de uma comissão especial para acompanhar e avaliar o projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia; Requerimento nº 467/01, do senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 15/01, com a de nº 21/95, que já se encontra apensada às PECs nºs 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999, 1, 5, 20 e 29, de 2000, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 468/01, solicita a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 89/01, de sua autoria.

### COMISSÕES

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei Orçamentária para 2002. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados

10h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
Pauta: eleição do presidente. Ala Senador Alexandra Costa — Sala 3

### PREVISÃO DA PLENÁRIO

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)  
Presidente interino: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Estatuto da Criança poderá ter alteração

Permissão para avós adotarem netos e atribuição ao Ministério Público da função de mediador em acordo com menores ou seus representantes estão entre as mudanças previstas no projeto aprovado pela Comissão de Justiça

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que tem como presidente o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem projeto do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que atualiza e aperfeiçoa o Estatuto da Criança e do Adolescente, vigente há dez anos. Como a decisão tem caráter terminativo, a proposta só irá ao Plenário do Senado, antes de seguir para a Câmara, se houver recurso nesse sentido.

Entre as modificações aprovadas no Estatuto da Criança e do Adolescente estão a permissão para avós ou ascendentes familiares adotarem netos e a atribuição ao Ministério Público da função de mediador em acordo com menores ou seus representantes, para posterior análise do juiz. Outra mudança estabelece pena de reclusão, de quatro a dez anos, para quem submeter crianças ou adolescentes a exploração sexual.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou também requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, informações sobre os empréstimos concedidos nos últimos cinco anos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) à Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda (Copaba), no estado do Maranhão. De acordo com Suplicy, há sinais de irregularidades nos empréstimos oficiais.

A comissão aprovou ainda requerimento do senador Francelino Pereira (PFL-MG) para que seja realizada audiência pública a fim de debater, com autoridades do governo, entidades e especialistas, o projeto que reserva pelo menos 20% das vagas de empregos públicos, cursos de graduação e contratos do crédito educativo à população negra. As datas das audiências ainda serão marcadas.

Os membros da CCJ rejeitaram dois projetos. Um deles concedia incentivo fiscal ao empregador que admitisse pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; o outro concedia anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.



CCJ acolheu proposta de audiência pública com o objetivo de debater reserva de vagas para negros

## Acordo fixa novas regras para precatórios

Um acordo firmado entre o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), e o senador Paulo Hartung (PPS-ES) permitiu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovasse, em decisão terminativa, projeto que estabelece novas regras para pagamento de precatórios. O texto fixa parâmetros para o parcelamento, define as dívidas de pequeno valor e determina que esses débitos, especialmente os de natureza alimentícia, tenham preferência de pagamento pelo poder público.

No substitutivo apresentado por Romero Jucá ao projeto original de Paulo Hartung ficou definido, entre outras coisas, que os pagamentos devidos pela Fazenda Pública federal, estadual ou municipal, de até 60 salários mínimos (R\$ 10.800), deverão ser depositados em juízo em até 60 dias. O projeto adapta a legislação sobre pagamentos de precatórios judiciais pela Fazenda Pública à Emenda Constitucional nº 30, promulgada em 2000, que alterou esse instituto.

## Adiada decisão sobre mudança na urna eletrônica

Em atendimento a pedido do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) resolveu adiar por 24 horas a apreciação do projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que determina a instalação de mecanismos de segurança nas urnas de votação eletrônica, como a geração de um boletim impresso para a conferência do eleitor.

A emissão do impresso, pre-

viamente rubricado pelos mesários, assegura ao eleitor, segundo Requião, a certeza de seu voto, que, de acordo com o projeto, será depositado em urna convencional, para permitir recontagem em caso de suspeitas e fraudes. Conforme o senador, o mecanismo acabará com possíveis programas fraudulentos nas urnas eletrônicas.

O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), informou que o ministro Nelson Jobim é favorável à proposta, mas deseja



Requião (ao lado de Tuma) quer acabar com possíveis programas fraudulentos nas urnas eletrônicas

acrescentar ao projeto original novas sugestões, com o objetivo de aperfeiçoá-la.

## Dutra propõe redução do mandato de senador para seis anos

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou que vai apresentar uma emenda constitucional reduzindo de oito para seis anos o mandato dos senadores. Ele informou que a idéia não é nova e tem respaldo, inclusive, da própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que, em 1988, chegou a apresentar um estudo recomendando a redução do mandato dos senadores.



Dutra lembra que a redução do mandato já foi recomendada pela CCJ

A decisão de José Eduardo Dutra foi tomada após a CCJ rejeitar proposta de emenda constitucional do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que reduzia de oito para quatro anos o mandato dos senadores e estabelecia idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente e vice-presidente da República. Atualmente, a idade mínima é de 35 anos.

O relator da matéria, senador

Francelino Pereira (PFL-MG), observou, ao dar parecer contrário – acolhido pela comissão –, que o mandato de oito anos para senador é plenamente justificável e está em consonância com a maioria dos países democráticos do mundo. “Além do mais, o tempo de duração do mandato, equivalente a duas legislaturas, afasta do horizonte das discussões a preocupação com interesses imediatos e menos comprometidos com soluções de mais longo prazo”, justificou Francelino Pereira.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) é de opinião que a redução do mandato dos sena-

dores em nada contribuiria para o aperfeiçoamento político do país. Mas, para o autor da PEC, Maguito Vilela, a proposta visa dar maior agilidade ao Senado, além de a população ter a oportunidade de, a cada quatro anos, fazer uma melhor avaliação de seus senadores. “Oito anos de mandato geram acomodação”, opinou Maguito.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) não concordou com as colocações de Maguito Vilela. Ele disse que está há sete anos no Senado e nem por isso se sente acomodado.

# Comissões aprovam a nova Lei das S.A.

A CAE e a CCJ acolheram em reunião conjunta os pareceres favoráveis, sem emendas, apresentados por Pedro Piva e José Agripino. Se for aprovado sem alteração pelo Plenário, projeto oriundo da Câmara será enviado à sanção

Em reunião conjunta, as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem pareceres dos senadores José Agripino (PFL-RN) e Pedro Piva (PSDB-SP) favoráveis ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que altera a Lei das Sociedades Anônimas e a que instituiu a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ambas de 1976.

Como relatores da CCJ e da CAE, respectivamente, José Agripino e Pedro Piva rejeitaram 44 emendas para, desse modo, "garantir algum avanço na legislação atual" e impedir que a matéria retorne à Câmara. Se esse procedimento prevalecer no Plenário, uma vez aprovada, a proposta será encaminhada à sanção presidencial.

Agripino alertou que se o projeto não for logo aprovado pela Casa, corre-se o risco de perder

tudo o trabalho feito pela Câmara, ao longo dos últimos quatro anos. Ele disse que é iminente a aprovação, pelos deputados, de proposta de emenda constitucional estabelecendo que qualquer modificação no sistema financeiro somente poderá ser feita através de lei complementar.

O senador José Alencar (PMDB-MG) lamentou que não tenham sido acolhidas emendas que considera da maior importância para o bom funcionamento das empresas e do mercado, posicionando-se contra a estratégia de aprovar as matérias do jeito que vieram da Câmara, apenas para ganhar tempo.

— Agindo assim, nós estamos correndo o risco de aprovar um monstro ainda pior — disse o senador.

O senador Pedro Piva disse concordar, em princípio, com José

Alencar, mas argumentou que as novas medidas são urgentes e necessárias para a dinamização e o fortalecimento do mercado de capitais do país, diante da difícil situação enfrentada pelas empresas que desejam se expandir e se capitalizar. Para ele, o melhor que se tem a fazer no momento é dar esse passo, sem prejuízo de outros que possam ser dados no futuro.

— Não há uma maneira mais barata e justa de aumentarmos a poupança nas bolsas de valores do país. Mesmo com as imperfeições identificadas, as novas propostas são melhores que as leis atuais — disse.

O senador Paulo Hartung



Agripino (foto à esquerda) e Piva (acima) rejeitaram 44 emendas, de modo a evitar que o projeto retorne à Câmara e garantir rapidez na sua aprovação final pelo Senado



(PPS-ES) concordou com o relator na CAE, embora ressaltando estas mudanças em discussão no Senado muito longe dos seus sonhos e desejo de alteração do mercado de capitais. O senador Antonio Carlos Júnior

(PFL-BA) afirmou também ser esse o seu sentimento. A estratégia de aprovar logo o projeto em tramitação para depois lutar por novas mudanças na legislação foi apoiada também pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Arlindo Porto (PTB-MG).

## O que a legislação vai mudar no mercado de capitais

Os objetivos básicos das alterações das duas principais leis que versam sobre o mercado de capitais — a das S/A e a que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) — acolhidas ontem pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) — são o fortalecimento do mercado de ações e a proteção aos acionistas minoritários.

As mudanças criam ainda condições para que a CVM se transforme em verdadeira agência reguladora e fiscalizadora do setor, exercendo de forma mais eficiente o seu papel no mercado. Com as propostas, segundo crêem os seus relatores na CCJ e na CAE — senadores José Agripino (PFL-RN) e Pedro Piva (PSDB-SP) —, a empresa aberta brasileira poderá entrar, de fato, no caminho da *governança corporativa*. Isso, na prática, significa a democratização do comando das empresas de capital aberto.

As principais mudanças introduzidas pelo projeto no mercado de capitais:

- Volta do mecanismo denominado *tag-along*, garantindo aos acionistas minoritários, no caso de venda do controle da companhia, um preço da sua ação equivalente a 80% do preço ne-



Alterações acolhidas pela CAE e CCJ criam condições para que CVM venha a tornar-se verdadeira agência reguladora

gociado pelo majoritário, mediante oferta pública. Esse mecanismo, que existia na lei original, de 1976, foi retirado por iniciativa do governo, em 1997, para facilitar o programa de privatização.

- Na hipótese de fechamento do capital, os acionistas minoritários ficam protegidos por meio de mecanismo pelo qual 10% dos minoritários poderão pedir revisão do "preço justo" oferecido por suas ações, uma vez que esse conceito é bastante amplo e comporta uma série de critérios patrimoniais e de mercado.
- A proporção, no capital social, entre as ações preferenciais

(sem direito a voto) e ordinárias (com direito a voto) fica sendo de 50% para cada tipo, exigindo-se maior representatividade do capital social em ações com direito a voto, para que se possa obter o poder de mando na companhia. Essa relação, contudo, somente será válida para as novas companhias que abrirem seu capital a partir da vigência da nova lei das S.A.

- Acionistas titulares de ações preferenciais que detiverem pelo menos 10% do capital social da empresa terão direito a eleger um membro no conselho de administração.
- Os ordinaristas e preferencia-

listas minoritários poderão eleger um dos três membros do conselho fiscal da empresa.

- Somente serão admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários as ações preferenciais com pelo menos uma das seguintes vantagens:

- a) direito de participar do dividendo, que será, no mínimo, de 25% do lucro líquido do exercício;
- b) pagamento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias; ou
- c) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle da companhia, recebendo 80% do preço

pago pelas ações integrantes do bloco de controle; e dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

- A CVM passa a ser entidade autárquica em regime especial, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira orçamentária e mandato fixo, e estabilidade de seus dirigentes.
- No processo administrativo, não se admitirá recurso, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, das decisões unânimes do colegiado da CVM.
- A CVM poderá nomear, por tempo indeterminado e às suas expensas, um diretor fiscal para participar da administração da bolsa, corretora ou entidade participante do mercado de valores mobiliários onde for constatada fraude, má gestão ou qualquer outra irregularidade que possa provocar prejuízos graves aos investidores ou ao mercado em geral.
- São previstos novos delitos contra o mercado de capitais: crimes de manipulação do mercado, de uso indevido de informação privilegiada, e de exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função.

## Lei das S.A. pode ter nova mudança depois da sanção

Os presidentes das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), acolheram ontem sugestão dos senadores Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Paulo Hartung (PPS-ES), Pedro Piva (PSDB-SP) e José Alencar (PMDB-MG) para colocar rapidamente em tramitação projeto de lei sugerindo mudanças adicionais na legislação do mercado de capitais, tão logo seja sancionada a nova Lei das Sociedades Anônimas.

Essa foi a forma que os senadores encontraram para aproveitar algumas das 44 emendas apresentadas aos projetos de leis da Câmara que alteram as regras estabelecidas para as sociedades anônimas e funcionamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), rejeitadas pelos relatores do projeto na CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), e na CAE, senador Pedro Piva.

Os relatores argumentaram que, se as emendas não fossem rejeitadas, os projetos retornariam à Câmara, reabrindo as discussões sobre o assunto. Preferiram, então, aceitar as propostas tal como vieram da Câmara e garantir, assim, após aprovação pelo Plenário do Senado, o aprimoramento da legislação em vigor.

### ACIONISTA MINORITÁRIO

Para José Alencar, entre as mudanças que precisam ser feitas após a sanção das atuais propostas destacam-se as que tratam do formato e composição do conselho fiscal das empresas de capital aberto, conforme emendas do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). As emendas foram, inclusive, sugeridas pelos juristas responsáveis pela legislação em vigor, os advogados Bulhões Pedreira e Alfredo Lamir Filho, explicou Alencar.

Da forma como está proposta, segundo o senador, os acionistas minoritários vão poder controlar o conselho fiscal da empresa, criando, disse, fator de ingovernabilidade. Ele também não concorda em se atribuir competência aos membros do conselho individualmente, fato que, entende, "pode gerar graves distorções dentro da empresa". O deputado Antônio Kandir (PSDB-SP) acredita até que esse último ponto possa ser sanado através de veto presidencial.

# Martus Tavares será ouvido hoje sobre o projeto de Orçamento

Senadores e deputados devem questionar o ministro especialmente sobre os reajustes de 5% para o salário mínimo e de 3,5% para os servidores públicos federais propostos pelo Executivo

Senadores e deputados questionarão hoje, a partir das 9h, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, sobre o projeto de Orçamento da União para o próximo ano, enviado ao Congresso em 30 de agosto. O debate foi convocado pelo presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Parte das indagações dos parlamentares deverá tratar dos reajustes previstos para o salário mínimo (5%) e servidores públicos federais (3,5%). O Executivo informou que, se os parlamentares quiserem reajustes maiores, terão de encontrar novas fontes permanentes de arrecadação para cobrir as despesas. A comissão

criou grupo de trabalho para estudar o reajuste do funcionalismo e a possibilidade de elevar o percentual de 3,5%.

A proposta enviada ao Congresso prevê arrecadação no próximo ano de R\$ 308,3 bilhões e gastos de R\$ 280,5 bilhões — a diferença de R\$ 27,8 bilhões é o superávit primário que o governo federal (fora estatais) terá de gerar no decorrer de 2002. O dinheiro será usado para pagar parte dos juros da dívida pública, que deverá ficar em R\$ 72,1 bilhões.

A maior fatia da arrecadação de 2002 (exceto rolagem da dívida pública) será destinada à Previdência Social, que consumirá R\$ 83,8 bilhões. A seguir vêm os juros (R\$ 72,1 bilhões), transferências constitucionais a estados e municípios



O ministro do Planejamento, Martus Tavares, foi convocado para depor pelo presidente da Comissão de Orçamento, Carlos Bezerra



(R\$ 47,2 bilhões), servidores da ativa (R\$ 38,1 bilhões), aposentados e pensionistas (R\$ 31,1 bilhões), saúde (R\$ 21 bilhões) e educação (R\$ 8,2 bilhões).

Reunida na manhã de ontem, a Comissão Mista de Orçamento

aprovou pedido do Executivo para abrir à Superintendência de Seguros Privados (Susep) crédito adicional de R\$ 700 mil, para concessão de empréstimos a seguradoras e entidades de previdência privada.

## Adiada votação do projeto sobre Internet nas escolas

O presidente interino do Congresso, deputado Efraim Morais (PFL-PB), retirou da pauta de votações o projeto que inclui programas especiais no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) referente ao quadriênio 2000/2003. O líder do governo, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), propôs que a votação da proposta seja realizada no dia 18, próxima terça-feira, às 18h30, mas a decisão será tomada em reunião de lideranças partidárias.

Parlamentares da oposição, em especial os deputados Walter Pinheiro (PT-BA) e Sérgio Miranda (PCdoB-MG), argumentaram que o projeto precisa de mais tempo para debates e, possivelmente, apresentação de emendas. Virgílio concordou com o adiamento, ressaltando estar "o governo tão convicto de que os programas incluídos são bons" que não se importa em debater por mais uma semana.

Entre os novos programas está o que prevê a implantação de 290 mil computadores em 13,5 mil escolas públicas de todo o país. Para Sérgio Miranda, a licitação do programa "está evitada de vícios" e será impugnada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). "O programa, no valor global de R\$ 1,5 bilhão, privilegia as concessionárias de tele-



Congresso deve se reunir no dia 18 para votar proposta do Executivo de compra de 290 mil computadores para escolas públicas de todo o país

comunicações no fornecimento de computadores à rede pública, o que contraria a legislação em vigor".

Segundo Arthur Virgílio, é preciso reconhecer o mérito do governo de dar acesso à Internet a todos os alunos da rede pública. Ele afirmou que, para obter consenso, a base governista concorda com o adiamento. O deputado reconhece que o edital faz opção preferencial pelo Windows, sistema operacional da Microsoft, mas argumentou que, no Brasil, quase todos o utilizam. Com a opção, disse, "o programa terá custos mais baixos".

O líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE), ressaltou que equipar a escola pública com acesso à Internet "é fazer justiça social".

### Falta de acordo impediu decisão sobre proposta

Por falta de acordo, o Congresso adiou em uma semana a votação do projeto com que o governo pretende mudar o Plano Plurianual (PPA) referente ao período 2000/2003.

A principal objeção dos opositores está na alteração concebida para o Programa de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Com a mudança, o governo pretende atender, entre outros setores, o de ensino, com a distribuição de 290 mil computadores para 13,5 mil escolas públicas de todo o país.

O deputado Sérgio Miranda

(PCdoB-MG) diz que o processo licitatório para a compra dos computadores, a serem financiados com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), favorece a Microsoft.

As lideranças governamentais alegam que a escolha da empresa é resultado de pesquisa feita com as secretarias estaduais de Educação, que argumentam ser melhor trabalhar com um sistema que já conhecem, o que facilitaria também a situação de estudantes que, um dia, trabalharão nas empresas brasileiras. Estas, em sua maioria, operam com o Windows.

Nas mudanças propostas para o Plano Plurianual, o governo também quer a alocação de recursos para o Programa Esporte na Escola, o que significará a implantação de núcleos esportivos nos estabelecimentos de ensino médio e fundamental.

Entre os 15 programas em que o governo quer injetar recursos, está ainda o de Educação Fiscal, destinado a fazer com que alunos e professores passem a ter melhor entendimento da estrutura e funcionamento da administração pública, aplicação dos recursos públicos e meios para o exercício do controle social.

# Juvêncio e Almir Sater falam sobre preservação do Pantanal

Em entrevista à TV Senado, senador e músico debatem a conscientização do pantaneiro e o projeto Parque Natural

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) afirmou que os habitantes do Pantanal estão cada vez mais conscientes da importância de preservar o meio ambiente. Essa também é a impressão do cantor e compositor Almir Sater, morador da região, que citou como exemplo a preservação das águas na região de Bonito, onde os lagos cristalinos são a principal atração turística. Juvêncio e Sater foram entrevistados pelo jornalista Maurício Melo Júnior, da TV Senado. A entrevista vai ao ar hoje. Segundo afirmou o cantor, o maior inimigo do Pantanal é a pobreza.

Almir Sater é um dos responsáveis pelo projeto Parque Natural do Pantanal, cujo objetivo é a preservação da região. Entre as iniciativas do programa está a cons-



Juvêncio da Fonseca sugere o treinamento de pescadores para atuarem na área de turismo

trução de escolas nas fazendas, de forma que as crianças não precisem ir para a cidade estudar.

— No início, era uma escola. A prefeitura de Aquidauana cedia um professor e uma merendeira, e a fazenda preparava a estrutura física. Hoje, já são 13 escolas do

projeto — relatou o cantor.

Juvêncio da Fonseca destacou a importância da educação para fixar o homem no Pantanal. O senador sugeriu que os pescadores profissionais da região, cujo trabalho tem sido predatório, sejam treinados para atuar na área de turismo e assim ter o sustento garantido.

— As pessoas precisam ser inseridas no processo produtivo do Estado — afirmou. O senador reconhece, no entanto, a dificuldade enfrentada pelo governo para levar estrutura de educação e saúde para um local com população tão escassa.

A entrevista especial sobre o desenvolvimento sustentável do Pantanal irá ao ar hoje, à 1h, 6h30, 13h30 (essa exibição depende do término da sessão plenária do Senado) e 19h30.

## Seminário debate soberania nacional e interesses estrangeiros na Amazônia

Será realizada hoje a segunda parte do seminário Desperta Brasília, promovido pelo Movimento Cidadão pela Soberania Nacional. O objetivo é discutir a questão da Amazônia e a cobiça internacional que a região desperta. Devem ser debatidos, das 9h às 13h, no Auditório Petrônio Portella, temas como o “Calha Norte no contexto da soberania e da segurança nacional”, com a participação

do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e “ONGs e missões científico-religiosas na conscientização cidadã e da segurança nacional”, que terá a presença do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). O tema “miséria na visão político-partidária e da segurança nacional” será debatido por Marina Silva (PT-AC).

O evento, presidido pelo jornalista Carlos Chagas, teve início on-

tem, quando foram debatidos os temas “Ecologia e desenvolvimento auto-sustentável da região Norte do Brasil”, pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM); “Integração do silvícola sem agressão à sua cultura e à natureza”, com palestra do senador Amir Lando (PMDB-RO); e “Biodiversidade como fator de progresso e de segurança nacional”, tema abordado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).



Segundo Roberto Freire, o inseto está causando prejuízos significativos para pecuaristas

## Freire quer combater a nova praga que assola o sertão

Ao revelar que uma nova praga começa a assolar o sertão de Pernambuco, a cochonilha-carmim, o senador Roberto Freire (PPS-PE) cobrou do Ministério da Agricultura rápida solução para o problema. Ele explicou que o inseto está atacando e matando as plantações de palma forrageira no município de Sertânia e algumas localidades vizinhas, como o município de Monteiro (PB).

— A cochonilha comum é um inseto que convive há décadas com a plantação de palmas no Nordeste. E ela não traz prejuízos econômicos significativos. Entretanto, a carmim é desastrosa: se instala nas palmas e em pouco tempo as chamadas raquetes vão morrendo, matando, ao fim, toda a plantação — explicou Roberto Freire.

O senador registrou que em municípios como Sertânia, onde o gado tem grande importância para a economia local e a palma é a principal base alimentar do rebanho, a pecuária poderá entrar em colapso. Ele acrescentou que o ataque da praga é geral, atingindo pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Na opinião de Roberto Freire, o momento é de encontrar solução para o problema, e não de saber se a cochonilha-carmim se espalhou na região em virtude de pesquisas científicas patrocinadas pela Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária sem o necessário controle ou se ocorreu um processo natural.

ÁCIDO CARMÍNICO

Roberto Freire apresentou sugestões para combater a praga, entre elas a instituição de linha de pesquisa. Ele também sugeriu o aproveitamento da cochonilha-carmim, como faz o México e o Peru, transformando-a em nova atividade econômica, já que o ácido carmínico alcança bom preço nos mercados do mundo inteiro.

— Parece-me que trabalhar, ao mesmo tempo, com as duas possibilidades econômicas seria a melhor opção, e para sua implementação precisaríamos de mais incentivos, reciclagem dos produtores, montagem de novas infraestruturas comerciais, abertura de mercados. Mas o que importa nesse momento é uma decisão e rápida — afirmou o senador.

## Documentário mostra a seca na região do semi-árido



A TV Senado exibiu ontem o primeiro episódio da série *Sertão: a Terra, a Luta, a Gente*. Os dois últimos podem ser vistos hoje e amanhã, às 21h

A TV Senado exibiu ontem a primeira parte do documentário *Sertão: a Terra, a Luta, a Gente*, sobre a seca que castiga o Nordeste. No episódio, o espectador teve contato com a realidade da seca no semi-árido e as dificuldades para obtenção, captação e armazenamento de água. *A Luta e A Gente* serão exibidos hoje e amanhã, sempre às 21h. No sábado, os três episódios vão ao ar às 15h30. No domingo, serão reprisados a partir das 8h30.

Para realizar o programa, os jornalistas Renata de Paula e Assis Medeiros per-

correram cerca de 4 mil quilômetros nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Eles contaram com a colaboração de quatro senadores: o primeiro-secretário da Mesa, senador Carlos Wilson (PTB-PE), que encontrou a equipe da TV Senado em Salgueiro (PE); o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que mostrou alternativas de convivência com a seca em Parelhas (RN); o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que ciceroneou os repórteres na cidade de Terra Branca (PB), há quatro anos sem água encanada porque os três reservatórios estão secos; e o senador Lúcio Alcântara (PSDB-

CE), que conversou com a equipe em Brasília sobre a situação do Ceará.

SÉCULO XIX

Na pesquisa para realizar o documentário, os jornalistas verificaram que os relatos sobre a seca pouco alteraram desde o final do século XIX. Mudou, no entanto, a sociedade sertaneja, mais organizada em torno da busca de melhores condições de vida e de convivência com a seca.

O título do documentário foi inspirado em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Em 1897, a convite do jornal *O Estado de S. Paulo*, o escritor partiu para a Bahia com a missão de realizar reportagens sobre Canudos.

# Relatório recomenda processo contra Jader

Romeu Tuma e Jefferson Péres concluíram que o presidente licenciado do Senado mentiu ao negar que fora beneficiado no caso Banpará e cometeu abuso de poder ao retardar investigações do Conselho de Ética

O relatório de 82 páginas dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) apresentado ontem aos demais membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar recomenda a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). São dois os principais argumentos para a indicação: um é o de que Jader mentiu ao declarar que não foi beneficiado pelos desvios de dinheiro do Banco do Estado do Pará (Banpará); o outro, de que ele teria abusado do poder no exercício da Presidência da Casa, ao retardar as investigações do conselho.

Jader Barbalho disse que só iria comentar o assunto depois de concluída a votação do relatório pelo conselho, prevista para a próxima quarta-feira.

No caso da primeira acusação, o documento explica que Jader não poderia ser processado pelos atos que cometeu no período de 1984 a 1988 (quando era governador do estado do Pará), pois o regimento prevê que apenas os atos praticados no exercício do mandato podem ser objeto de investigação. Mas os dois senadores destacam a regra regimental que prevê a possibili-

dade de o senador ser processado se houver faltado com a verdade sobre atos do passado de que tenha participado e que venham a ser comprovados.

O relatório aponta, com base em documentos do Banco Central e do Ministério Público Federal e em depoimentos e diligências realizados pela própria comissão, que Jader, familiares (ex-esposa, pai, três irmãos), empresas (o jornal *Diário do Pará* e a Rádio Clube), amigos e sócios, num total de cerca de 50 pessoas, foram beneficiários de um esquema fraudulento de movimentações bancárias com recursos públicos do Banpará.

Sobre esse ponto, o documento descreve de forma detalhada as operações irregulares de desvio de dinheiro do banco, mostrando que Jader teria se beneficiado de R\$ 2,5 milhões (valores atualizados) daquele banco em aplicações que fazia, às vezes pessoalmente, em agências bancárias de outras praças, como a agência Jardim Botânico do Banco Itaú, e a do Citibank, ambas no Rio de Janeiro. O documento diz que Jader também teria recebido, em sua conta pessoal, outros R\$ 8,4 milhões de fontes diversas, no mesmo período.

Tuma e Jefferson informam ain-

da que os extratos bancários que comprovam essas operações foram atestados pelos bancos envolvidos como "cópias fiéis dos originais". Tal dúvida, quanto à autenticidade dos documentos, foi levantada por Jader, que comunicou que iria pedir uma perícia judicial para atestar a regularidade da documentação.

## SEGUNDO MOTIVO

O relatório apresenta como segunda razão para a abertura de processo contra Jader Barbalho o fato de o senador paraense haver protelado a tramitação de requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que pedia ao Banco Central todas as informações sobre o caso Banpará à disposição daquele órgão. Segundo Tuma e Jefferson, a retenção do pedido por 107 dias no gabinete da Presidência demonstra que Jader abusou das prerrogativas do cargo. Conforme alegam, tal ação constituiria ato de improbidade administrativa, demonstrando "prática de ato atentatório à ética, à dignidade e ao decoro parlamentar".

O senador João Alberto (PMDB-MA), que fez parte da comissão de investigação do conselho, negou-se a assinar o relatório final, alegando falta de provas que pudessem comprometer Jader Barbalho.



João Alberto, Tuma, Althoff e Jefferson: relatório foi apresentado, mas votação ficou para a próxima semana

## Conselho aprova indicação para impedir retorno à Presidência

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou indicação para que a Mesa do Senado estude medidas que impeçam o retorno do senador Jader Barbalho à Presidência da Casa, enquanto estiver sendo investigado. A moção recebeu 9 votos a favor e 5 contra, estes de senadores do PMDB. O presidente interino do Senado, Edison Lobão, anunciou que encaminhará a indicação à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que deverá analisar sua constitucionalidade.

A proposta, apresentada pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), alerta para a possibilidade de que o retorno de Jader gere "uma crise de graves proporções para a instituição e para o regime democrático no país". A Presidência do Senado, justifica a senadora, é um cargo estratégico no que diz respeito às funções do Congresso Nacional. "Impõe-se sejam adotadas providências de forma a manter-se o afastamen-

to do senador Jader Barbalho de suas funções diretivas, para a preservação da dignidade do mandato parlamentar no Senado Federal", conclui o documento.

A indicação é um instrumento previsto no Regimento Interno para sugerir providência ou estudo por órgão da Casa, com finalidade de esclarecimento ou formulação de proposição legislativa. Para o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), o uso do instrumento para pressionar Jader a não reassumir a Presidência do Senado contraria o regimento. O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), disse que a aprovação da indicação significa um julgamento precipitado de Jader Barbalho.

O senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA) declarou que é desejo da Casa que o senador paraense não reassuma o cargo. A mesma opinião foi externada pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Roberto Saturnino (PSB-RJ).

## Pedido de vista adia votação para quarta-feira

O relatório da comissão que apurou a possível quebra de decoro parlamentar pelo presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, será votado na próxima quarta-feira. Ontem, os senadores Romeu Tuma e Jefferson Péres, que subscrevem o relatório, apresentaram o documento ao Conselho de Ética.



Jefferson Péres subscreve, com Romeu Tuma, o relatório que recomenda processo contra Jader

concedidos nos processos que culminaram na cassação do senador Luiz Estevão e na renúncia dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

— É preciso dar o direito a ampla defesa. Nos episódios anteriores, o PMDB não deu orientação partidária e recomendou aos integrantes da bancada o voto de acordo com suas consciências — disse Renan Calheiros.

Ao final da reunião, Waldeck Ornêlas leu notas taquigráficas de sessão do conselho realizada durante o processo contra Antonio Carlos e Arruda, nas quais constam declarações do senador Pedro Simon (PMDB-RS) de que Renan Calheiros orientara a bancada peemedebista a votar contra os senadores processados por quebra de decoro.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-

MT) também criticou o prazo de 24 horas, para ele, irrisório, e afirmou que a discussão em torno de uma possível quebra de decoro de Jader está sendo partidarizada. "Vamos fazer uma comissão de ética suprapartidária. Vamos apurar se houve culpa e, em hipótese positiva, votaremos pela condenação", sintetizou.

Hoje, às 10h, será realizada a eleição do novo presidente do conselho, em substituição ao senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que renunciou para realizar tratamento médico. O PMDB reivindica o cargo e indicou o senador Juvêncio da Fonseca (MS). A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que a possível eleição de um parlamentar do mesmo partido de Jader não terá influência sobre o andamento do processo. "É irresponsável a argumentação de que haveria uma manobra para tirar Althoff e dar fôlego a Jader com o apoio da oposição, já que é mesmo impossível que, sob a égide dessa presidência, se dê a indicação do relator para o processo", afirmou a senadora.

## João Alberto diz que não há provas e aponta linchamento

Um dos integrantes da comissão que apurou a possível quebra de decoro de Jader Barbalho, o senador João Alberto disse que o relatório elaborado pelos outros dois membros da comissão significa um linchamento do senador paraense. A observação, feita durante a sessão de ontem do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, causou indignação nos senadores Romeu Tuma e Jefferson Péres, que assinam o relatório. João Alberto sustenta que as investigações da comissão não encontraram qualquer prova do envolvimento de Jader no desvio de recursos do Banpará.

— Li toda a documentação e ouvi todos os depoimentos, que não me convenceram. Não há um cheque assinado por Jader, nenhum depósito na conta dele. Não há nada que nos permita condenar um colega — afirmou João Alberto.

O senador tinha a intenção de ler o relatório em separado que elaborou, mas o presidente interino do conselho, Geraldo Althoff, impediu a leitura sob a alegação de que o documento discordante teria que ser apresentado no âmbito da comissão de investigação. Jefferson Péres reagiu duramente à forma como João Alberto qualificou o relatório. "Sinto-me desrespeitado por Vossa Excelência", disse. Tuma também criticou o comportamento de João Alberto. A áspera discussão entre os três senadores forçou Althoff a suspender a sessão por cinco minutos.

# Como proteger menores da programação da TV?

Em audiência na Comissão de Educação, diretor da Fundação Padre Anchieta defende código de princípios para orientar emissoras, enquanto consultor da Abert lembra que EUA já utilizam a auto-regulamentação

O diretor da Fundação Padre Anchieta, Jorge Cunha Lima, defendeu ontem, em audiência pública na Comissão de Educação (CE), a criação de um código de princípios para orientar as programações das emissoras de TV. Para ele, há espaço para a auto-regulamentação mediante um código de ética.

— Infelizmente, a violência vende e o projeto da lei de radiodifusão que está em estudo no Ministério das Comunicações é impróprio, pois não controla o conteúdo da programação — disse.

Proposta em requerimento do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), a audiência foi convocada para discutir dois projetos: um do Senado, que regulamenta artigo da Constituição para

disciplinar a exibição de diversões e espetáculos públicos; outro, da Câmara, obriga os novos aparelhos de televisão a conterem dispositivo de bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.

Com relação ao dispositivo bloqueador, a diretora de tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações, Liliana Nakonechenyj, propôs que, ao invés de obrigar as empresas a produzirem os aparelhos com o dispositivo, seja dado um prazo de 12 a 24 meses para as indústrias se adaptarem à nova exigência.

Por sua vez, ao abordar a questão da auto-regulamentação, o consultor jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio

e Televisão (Abert), Alexandre Jobim, lembrou que os Estados Unidos já utilizam o sistema de auto-regulamentação. Ele reconheceu que a Constituição brasileira cria algumas limitações para que essa prática seja adotada no Brasil, mas acrescentou que elas são “socialmente contornáveis”.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) protestou contra veto do presidente da República a projeto de sua autoria, já aprovado nas duas Casas do Congresso, que diferencia a cobrança de taxas para televisões comerciais e educativas. Segundo ela, a legislação reflete a preocupação de dar condições para as TVs educativas sobrevivem dentro de um mercado excessivamente competitivo.

Ao final da audiência pública, o



Ricardo Santos (C) preside reunião em que foi debatido também projeto que obriga aparelhos de TV a conterem dispositivo de bloqueio temporário

presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), destacou a importância do papel dos meios de comunicação na formação da cidadania.

— Eles podem e devem difundir valores éticos e de solidariedade que levam a menor violência e podem criar maior harmonia social — disse ele.



O presidente da Comissão de Educação recebeu representantes dos grevistas das 52 instituições federais de ensino superior

## Senador tenta reunir professores com ministro

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), assegurou ontem, durante audiência com os representantes dos grevistas das 52 instituições federais de ensino superior, que vai tentar agendar um encontro entre os professores e o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Roberto Leher, que participou da audiência, o ministro tem-se negado a recebê-los, e o funcionário indicado por ele para discutir a pauta dos grevistas, que inclui uma reposição salarial de 75,48%, alega não ter autonomia para tomar qualquer decisão.

Ricardo Santos teve o apoio dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Emilia Fernandes (PT-RS).

Roberto Leher advertiu os senadores para a situação de “quase colapso” que hoje ameaça as universidades públicas brasileiras. Ele denunciou a sistemática redução dos recursos destinados ao ensino superior, que, segundo informou, caíram de 21,9% do total destinado à educação, em 1995, para 17% em 1999.

As reivindicações incluem a realização de concurso público dentro do Regime Jurídico Único e a manutenção das gratificações, que representam cerca de dois terços do salário dos professores. Segundo Leher, os cortes das gratificações resultam de acordos com o FMI.

## Senado inaugura canal educativo

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), desenvolve projetos de treinamento a distância para capacitação de seus funcionários. São 12 horas de novos cursos que passam a ser transmitidos a partir desta sexta-feira, através do canal educativo 46, com tutoria e avaliação. Os temas são os mais variados, como gerenciamento, *marketing*, finanças, informática, administração, logística, liderança, trabalho em equipe, motivação, comunicação, produtividade, ha-

bilidades, entre outros.

Essa programação resulta de parceria entre o Senado Federal e a Dcom, que tem como parceiros a Fundação Getúlio Vargas, Massachusetts Institute of Technology (MIT), University of California at Berkeley, Boston University, Business School São Paulo. Faz também videoconferências com os maiores especialistas mundiais nas várias áreas cobertas pelos cursos.

Estarão disponíveis no ILB três canais voltados para as áreas de autodesenvolvimento, gestão e

estratégia. A equipe do ILB fará uma seleção dos cursos que irão compor, em breve, uma grade mais ampla, englobando orçamento público, processo legislativo, princípios constitucionais, Lei de Responsabilidade Fiscal, doutrinas políticas e obtenção de recursos na área federal.

A grade de cursos estará disponível diariamente no *site* do ILB, no canal 46 do sistema VIP e também no aviso de rede do Prodasen. Os funcionários interessados poderão fazer suas matrículas pelo *site* [www.ilbsenado.gov.br](http://www.ilbsenado.gov.br).

## Biblioteca abriga exposição de pintor mineiro

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, inaugurou ontem, com uma *vernissage*, exposição de pintura e cerâmicas do artista mineiro José Geraldo Oliveira. Coordenada pelo curador Paulo Chaves, a exposição poderá ser visitada no *foyer* da biblioteca até o próximo dia 28, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. É a primeira vez que o artista expõe em Brasília.

Além das telas pintadas em óleo, José Geraldo apresenta trabalhos feitos em papel, em que pesquisa pigmentos como a borra de café. O estilo é abstrato e o artista explicou que procura “reler os signos” que passaram por sua vida, os tons e as cores dos minérios e da terra mineira.

## Iris: educação foi prioridade nos governos do PMDB

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou que os investimentos em educação sempre foram prioridade para o PMDB de Goiás. Quando ele e o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) governaram o estado, os recursos destinados à educação constituíram aposta ousada e decisiva que transformou o estado, propiciando que os alunos do interior não fossem obrigados a buscar a capital para conseguir uma formação profissional adequada, segundo disse.

Na avaliação do senador, enquanto foi governador, os investimentos em educação foram ma-



Segundo Iris, criação da UEG representou “ponto alto”

ciços, inclusive no interior do estado. A implantação de estruturas universitárias em cidades de menor porte foi, na sua opinião, crucial para o desenvolvimento do estado.

— O ponto alto foi a criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) — afirmou Iris.

Entre as instituições criadas ou ampliadas durante a sua gestão ou a de Maguito, Iris Rezende destacou a Faculdade de Educação, Ciência e Letras, em Goianésia, a Faculdade de Ciências Agrárias do Vale do São Patrício, em Ceres, e a Faculdade Rio das Pedras, em Itaberaí.